

Desenvolvimento, mercado e política sociais em
comunidades camponesas no Estado da Paraíba

Alicia Ferreira Gonçalves¹

Resumo

Este artigo aborda as interfaces entre desenvolvimento, mercado e políticas sociais em comunidades camponesas. Tais políticas são resgatadas e ressignificadas contemporaneamente como políticas de desenvolvimento local, “atualizando”, desta forma, no litoral, alto-sertão e agreste paraibano uma espécie de economia da dívida. A experiência modelar que (re) atualiza nessas comunidades uma espécie de economia da dívida baseada em três atos (dar, receber e retribuir) é a dos Fundos Rotativos Solidários (FRS). Os FRS são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionados às comunidades camponesas que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e que decidem reinvestir parte desta em prol da própria comunidade. O foco central da política dos fundos é fortalecer a solidariedade e o circuito da reciprocidade como práticas ancestrais do universo camponês e, simultaneamente, inserir a comunidade no circuito mercantil. A presente abordagem está baseada em uma etnografia em curso em cinco comunidades no Estado da Paraíba. A pesquisa está sendo financiada com

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPB. Pesquisadora e co-coordenadora do Grupo Etnografias do Capitalismo Contemporâneo da UNICAMP. aliciafg1@hotmail.com

recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Palavras-chave: *desenvolvimento, mercado, políticas sociais, fundos rotativos solidários*

Abstract

This article discusses the interfaces between development, market and social policies in rural communities. Such policies are retrieved and (re) present meaning as local development policies "upgrading" this way, the Coast, High and Wild Wilderness paraibano a kind of gift economy. Experience modeling to (re) updates these communities a kind of gift economy based on three acts (giving, receiving and returning) is the Solidarity Revolving Funds (GRF). The FRS are instruments of solidarity finance (in grants) targeted at rural communities engaged in self-management of these funds, creating a savings and decide that (re) invest part of this for the sake of the community. The central policy of the Funds is to strengthen solidarity and reciprocity of the circuit as ancient practices of the universe peasant, and simultaneously enter the community in the trading circuit. This approach is based on an ethnography underway in five communities in the state of Paraíba. The research is being financed with funds from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and Bank of Northeast Brazil (BNB).

Key-words: *development, market, social policy, solidarity revolving funds.*

Introdução

O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão inicial sobre as interfaces entre desenvolvimento, mercado e políticas sociais a partir da análise das experiências contemporâneas dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) em comunidades camponesas constituídas pelos assentamentos da reforma agrária no Estado da Paraíba. Os FRS são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionados às comunidades camponesas que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e que decidem reinvestir parte desta em prol da própria comunidade. O foco central da política dos fundos é fortalecer a solidariedade e o circuito da reciprocidade como práticas ancestrais do universo camponês e, simultaneamente, inserir a comunidade no

circuito mercantil, via comercialização direta do excedente da agricultura familiar nas feiras locais e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A política dos FRS da perspectiva institucional (Estado via Secretaria Nacional de Economia Solidária e dos Bancos de Desenvolvimento), resgatada e ressignificada como política de desenvolvimento local, “atualiza”, no litoral, alto-sertão e agreste paraibano, uma espécie de economia da dádiva, baseada em três atos (dar, receber e retribuir) que tem o potencial de fortalecer os laços de reciprocidade na comunidade, construir uma cultura agroecológica, promover o aumento da produtividade e o escoamento do excedente da agricultura familiar no circuito mercantil local. Neste sentido, poderíamos indagar de que forma (paradoxalmente) as práticas não mercantis baseadas na dádiva estariam contribuindo para a inserção de nossos pequenos agricultores à economia mercantil? De que forma os FRS são ressignificados por pequenos agricultores e suas famílias? A partir de uma visão de mundo individualista (imediatista e pragmática) ou coletiva? Na experiência com os fundos, como se articulam o interesse e o desinteresse? Em que medida os fundos dialogam com a organização social e produtiva (intimamente articuladas) dos agricultores? Refletindo de forma mais ampla, em que medida possibilita a ressignificação de suas vidas cotidianas e de suas identidades tradicionais? Quando o crédito ou o fundo chega à comunidade, como é gerenciado, onde ele é investido e quais os critérios de sua aplicação? Como são estabelecidas as contraprestações?

Laville (2004) menciona a existência de uma solidariedade democrática incorporada à economia solidária como um conceito central na resistência à sociedade de mercado, reafirmando um elo na modernidade entre reciprocidade e redistribuição. Laville fala a partir do contexto francês; contudo, poderíamos pensar os fundos Rotativos Solidários no Brasil como sendo derivados desta lógica da solidariedade? E como contraponto às políticas de corte neoliberal? São questões relevantes para reflexão e investigação empírica e, assim, não se esgotam no escopo deste artigo.

A presente abordagem está baseada em uma etnografia em curso em cinco comunidades no Estado da Paraíba. A pesquisa está sendo

financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O artigo está dividido em duas seções e nas considerações preliminares. A primeira seção apresenta o marco teórico em torno da economia da dádiva que é uma modalidade de sistema econômico característico das sociedades ditas primitivas, realçando a racionalidade subjacente ao sistema: a reciprocidade. A segunda seção revela as experiências empíricas contemporâneas de políticas sociais (FRS) baseadas na lógica da dádiva em comunidades camponesas no Nordeste brasileiro, com destaque ao Estado da Paraíba. Nas considerações de caráter preliminar apresentam-se os resultados iniciais da pesquisa, tais como o perfil dos participantes da política, as mediações simbólicas, ou seja, os processos de ressignificação da política e os impactos na vida da comunidade.

I

No período que compreende o final do século XIX e início do século XX, o problema da universalidade do sistema econômico e a identificação das instituições econômicas nas sociedades ditas primitivas foi foco das pesquisas de campo realizadas por vários antropólogos, dentre eles Franz Boas (1975) que revelou entre os Kwakiutl (matrilineares e totêmicos) a estrutura do Potlach e Malinowski (1976) que nos revelou entre os melanésios da Nova Guiné o circuito do Kula. A partir de então se configura todo um campo de estudos na disciplina Antropologia: o das instituições econômicas nas sociedades ditas primitivas.

Marcel Mauss (1974), inspirado nos dados etnográficos de Boas e Malinowski (dentre outras fontes), abordou a economia nas sociedades ditas primitivas ou arcaicas estabelecendo, desta forma, uma interlocução teórica com a ciência econômica clássica inglesa liberal do século XIX, particularmente com a noção do *Homem Econômico*. O autor rebate o argumento evolucionista que afirma que nas sociedades primitivas o sistema econômico estaria completamente ausente. Marcel Mauss afirma que a economia é um fenômeno universal presente em todas as sociedades e que nas sociedades primitivas ela se reveste sob a

forma da dádiva. Neste sentido, existiria nas sociedades primitivas uma espécie de economia moral em contraposição à lógica utilitarista subjacente à economia de mercado capitalista.

Portanto, Marcel Mauss (1974) no *Ensaio sobre a dádiva* nos revela a existência de uma economia baseada na dádiva nessas sociedades. No *Ensaio* o autor contrapõe a uma economia moral baseada na dádiva uma economia mercantil baseada no lucro e na competição individual, demonstrando a relevância dos laços de reciprocidade para o tecido social e do equilíbrio entre individualismo e moralidade nas sociedades ditas civilizadas. Em 1924 esse era o argumento de Marcel Mauss.

O argumento do autor vem sendo retomado por um grupo de intelectuais vinculado ao Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.) na análise de processos contemporâneos, tais como o fato associativo (associativismo), a economia (dita social ou solidária) e o estatuto político (democracia). O Movimento dirigido por Alain Caillé critica a visão economicista e utilitarista presente nas ciências sociais e as políticas neoliberais. Os autores argumentam que onde o Estado e o mercado se mostraram incapazes de apresentar soluções para os problemas por eles mesmos criados, como a desigualdade de renda e a pobreza, os laços sociais presentes nos movimentos associativos e na dinâmica democrática se apresentam como uma dimensão estratégica no combate à desigualdade social e à pobreza em vários países, a exemplo da França, Brasil, África e Índia.

No caso brasileiro, as pesquisas empíricas realizadas em comunidades camponesas no sertão nordestino têm comprovado a atualidade do pensamento de Marcel Mauss e a pertinência do argumento do M.A.U.S.S. sobre a relevância do laço social para a economia nessa região². Tais pesquisas³ vêm demonstrando que nessas localidades,

² *Comunidade* é uma denominação utilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base a partir dos anos 1970 para se referir ao conjunto de famílias de pequenos agricultores ligadas entre si por laços de sangue, afinidade e compadrio que habitam um mesmo sítio geográfico pertencente a um determinado município. Sabourin (2001) utiliza a categoria *comunidades rurais* onde persistem lógicas camponesas de resistência e reprodução. Em outros textos ele utiliza a categoria *comunidades camponesas* que remete a determinadas condições de vida caracterizadas pelo acesso precário à terra e à água.

paralelamente às relações de trocas mercantis, coexistem prestações econômicas não mercantis baseadas em teias de reciprocidade. São práticas econômicas tradicionais presentes há muitos anos no seio dessas comunidades e que têm assumido historicamente um papel crucial para a sua sobrevivência, tal como demonstra pesquisa de campo realizada por Eric Sabourin:⁴

Nas comunidades rurais do Sertão Nordeste, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem às permanências de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas em contexto novo (SABOURIN, 2001, p.41).

A permanência das práticas de reciprocidade pode ser observada mediante mecanismos de dádiva, de ajuda mútua e convites essenciais à organização social e produtiva dessas comunidades situadas em ambientes rurais de clima semiárido, onde as condições de vida são marcadas historicamente pela ausência de infraestrutura tecnológica e produtiva, serviços de saúde, de educação, sem a propriedade da terra e longos períodos de seca⁵. São condições de vida que revelam a permanência de “lógicas camponesas”, de resistência e de reprodução para responder⁶

³ Cf., dentre outros, Lanna (1995); Sabourin (2001); Oliveira (2006); Duque (2008); Duque & Oliveira (2007) e Mota (2009), para o caso de comunidades rurais no semiárido cearense.

⁴ Há distinções entre troca e reciprocidade segundo Temple (1997). Troca se refere ao ato de intercâmbio de bens e produtos, enquanto reciprocidade se configura como a estrutura que se estabelece na relação entre os parceiros.

⁵ Segundo Lanna (2000, p.3), Mauss definia a dádiva de modo amplo: “presentes, visitas, esmolas, heranças, mulheres, um sem-número de ‘prestáculos’ que podem ser *totais* ou *agonísticas*”. Até mesmos os tributos poderiam ser considerados dádivas.

⁶ Para Klaas Woortmann (1990, p.23) a noção de campesinidade se refere a uma ordem moral, a um qualificativo presente em maior ou menor grau nos grupos sociais. Segundo o autor, nas sociedades camponesas, a terra, a família e o trabalho são categorias interdependentes. “Nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”. Trabalho, família e terra se articulam a valores classificatórios como honra, liberdade, reciprocidade e hierarquia.

Às situações de acesso precário e insuficiente de recursos produtivos, especialmente a terra e a água. Trata-se de uma singular experiência de gestão da fertilidade destes recursos, diretamente potencializada pelo trabalho, que, por esta razão, é sempre coletivo, no interior da família e da comunidade local (SABOURIN, 2009, p.13).

Nesse contexto as práticas de reciprocidade mediante várias formas de dádiva, tais como o dote da noiva, as festas religiosas e a ajuda mútua – o mutirão, para a construção de casas, cisternas, barragens, poços, dentre outras coisas – têm se constituído há longos anos como uma instância central para a sobrevivência dessas comunidades⁷. Neste sentido, afirma Temple (1997), a reciprocidade via redistribuição é um fator essencial para a produção da subsistência e do excedente entre os agricultores, promovendo, via economia da dádiva, a inserção do grupo à economia mercantil.

No Brasil, desde a década de 1990, determinada política social de desenvolvimento local institucionalizada pelo governo federal via Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tem incorporado e ressignificado tais práticas baseadas em laços de reciprocidade⁸. Simultaneamente tem atualizado uma espécie de economia da dádiva com o potencial de fortalecer a organização social e produtiva dos pequenos agricultores e promover (paradoxalmente?) sua inserção à economia mercantil⁹. O caso exemplar que demonstra a articulação entre reciprocidade, política social e mercado são os assentamentos de reforma agrária contemplados com os FRS no Estado da Paraíba.

⁷ “A constituição dos dotes (enxovais), a realização das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendidas aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca), são tantas formas de dádiva que levam ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima” (SABOURIN, 2001, p.2).

⁸ Sobre o conceito de políticas públicas e sociais que inspira a presente reflexão, consultar Silva e Silva (2008).

⁹ Segundo Klaas Woortmann (1990), o espírito da reciprocidade, enquanto princípio moral, presente nas sociedades camponesas, nega e se contrapõe ao espírito do lucro.

II

A experiência modelar que reatualiza nessas comunidades uma espécie de economia da dádiva baseada em três atos (dar, receber e retribuir) é a dos Fundos Rotativos Solidários (FRS). Os FRS podem ser caracterizados como uma política social de finanças solidárias que tem como objetivo central o incremento da renda e, conseqüentemente, o desenvolvimento local. A referida política é destinada aos camponeses que vivem com as suas famílias no semiárido nordestino e que geralmente são beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹⁰.

No Estado da Paraíba, segundo Duque e Oliveira (2007), a ideia de fundos que circulam na comunidade é antiga: data de 30 anos, quando pequenos agricultores apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se associavam para disponibilizar e gerir recursos financeiros visando atender às necessidades imediatas da comunidade, que ressarcia tais recursos trocando produtos entre si (como porcos, cabras, galinhas e sementes) configurando, desde longa data, a partir das relações de troca, o circuito da dádiva.

Baseia-se na cooperação dos atores envolvidos, a partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, que levam qualquer agricultor a compartilhar água de beber porque “no sertão, água não se nega” ou ainda criar seus animais em áreas de pastagens comuns, os fundos de pasto (DUQUE; OLIVEIRA, 2007, p. 1).

A partir de 1993 tais práticas foram institucionalizadas e ressignificadas como política social de desenvolvimento local com a denominação de Fundos Rotativos Solidários. A institucionalização se

¹⁰ O semiárido abrange os nove estados da região Nordeste; na Paraíba compreende 80% da superfície do Estado o que demonstra a relevância das políticas públicas de desenvolvimento local no combate à pobreza.

realizou por meio da pressão dos movimentos sociais rurais e urbanos e de entidades como a Cáritas – representada nacionalmente por Ademair Bertucci - e o FBES, até culminar na criação da Senaes no ano de 2003. A Secretaria está sob a direção de Paul Singer e Haroldo Mendonça e vinculou-se ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nesta fase inicial os FRS foram destinados ao programa de construção de cisternas, que surgiu para amenizar a escassez de água na região.¹¹ Neste contexto a participação dos movimentos sociais do campo e de entidades como a Articulação do Semiárido (ASA/PB), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a Cáritas e do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (Patac) foi de fundamental importância na mobilização dessas comunidades quando debateram a problemática da água e projetaram simbolicamente uma nova concepção do semiárido.¹²

Se historicamente no Nordeste as representações e as ações estavam baseadas no combate à seca, a partir do final dos anos 1980 começou a se gestar uma nova representação: a convivência com o semiárido baseada em três eixos: o fortalecimento da organização produtiva do pequeno agricultor, a valorização de suas tecnologias e demais saberes tradicionais, e uma nova relação homem-natureza, via política dos FRS¹³.

Neste sentido, a partir de intensos debates foi consensual a construção de cisternas que possibilitassem às comunidades camponesas a convivência com o semiárido recorrendo-se aos fundos,

¹¹ A ASA/Paraíba foi constituída no ano de 1993 e a ASA/Brasil em 1999 a partir da temática da água e da construção de uma nova concepção do semiárido. A construção de cisternas foi o grande eixo que articulou a temática da água a uma nova concepção de semiárido. A trajetória da ASA/PB está relatada em Diniz (2002) e resumida em Duque (2008).

¹² As informações sobre os FRS no Estado da Paraíba foram coletadas em entrevista realizada no dia 19 de março de 2009 na sede do Patac em Campina Grande, onde participaram: a professora e pesquisadora Ghislaine Duque da UFCG, Camelo e Waldir, ambos da ASA e PATAC e do Comitê Nacional de apoio aos FRS composto por entidades da sociedade civil, MDS, MTE, Senaes, MDA e BNB.

¹³ Cf. Silva (2006).

Os FRS têm um objetivo imediato: permitir aos produtores organizados em grupos ou associações obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para sua convivência com o Semiárido, sem ter que passar pela burocracia e pelas exigências próprias aos bancos, e assegurando que os recursos devolvidos vão ser utilizados por outras famílias ou para outras necessidades do grupo ou da comunidade. A dívida é paga segundo modalidades definidas localmente, em função das possibilidades dos envolvidos (DUQUE, 2008, p.9).

Até 2006, mais de 22.000 cisternas tinham sido construídas na Paraíba, em 162 municípios. Vale observar que as mesmas têm, no total, uma capacidade de armazenamento de 363.920 m³, o que corresponde a 72.784 carros pipa. A difusão da cisterna de placas era acompanhada (como ainda hoje) do diagnóstico da situação hídrica da comunidade, de treinamento de pedreiros, cursos de gestão da água etc. Sua grande aceitação abriu a porta para outras tecnologias ou ações, que foram se multiplicando, atingindo milhares de famílias com centenas de parceiros. As primeiras iniciativas exigiam um mínimo de recursos, mas estes eram limitados. Daí nasceu a ideia de uma espécie de microcrédito privado, que ia constituir um primeiro passo na linha da organização e da ação política. Trata-se dos Fundos Rotativos Solidários, que apresentaremos mais na frente, porque não se limitam às cisternas, mas a todas as iniciativas da ASA na Paraíba (DUQUE, 2008, p.9).

A experiência-piloto com os FRS foi desenvolvida na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, no ano de 1993 – ano de seca na região, onde os fundos foram aplicados na construção de cisternas. As primeiras cisternas foram construídas pelo Patac e em sistema de mutirão tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia. Duque e Oliveira (2007), pesquisadoras experientes dos FRS na Paraíba, nos contam em riqueza de detalhes como funciona a gestão dos

Fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social, baseada no “conselho” formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor composta por pessoas ligadas por laços de sangue, afinidade e compadrio¹⁴:

O caso das cisternas é o mais generalizado: um grupo de cinco vizinhos ou parentes recebe o dinheiro correspondendo ao material de uma cisterna. Escolhe-se a família do grupo que receberá a primeira cisterna: aquela que está mais afastada de uma fonte de água, ou que tem mais crianças pequenas etc. Quando nenhum critério distingue uma família, uma é sorteada. O grupo combina também as condições de construção e de pagamento. Por exemplo, cada família cavará ela mesma o buraco onde a cisterna será construída, ou todos farão esse trabalho em conjunto. Geralmente os cinco chefes de família (ou membros dessas famílias) constroem juntos a primeira cisterna, em regime de «mutirão» (prática tradicional de realização de trabalhos em comum). A construção daquela primeira cisterna vai servir de aprendizagem sob a direção de um instrutor, que depois será dispensado. Após um prazo determinado pelo grupo – por exemplo de seis em seis meses, na oportunidade de uma safra ou da venda de um animal – cada família paga, por exemplo, 20% da dívida, o que permite iniciar a construção de uma segunda cisterna em benefício de uma segunda família do grupo. Em outros casos, o grupo decide de pagar uma quantia menor, porém cada mês. Quando o prazo de pagamento é cumprido – vários anos – a comunidade prefere adotar um fator de correção, por exemplo o preço atualizado do saco de cimento (DUQUE e OLIVEIRA, 2007, p. 3)

¹⁴ Ao aderirem aos FRS, as comunidades assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam.

Segundo Heck (2006), os FRS se configuram como uma política social complementar ao Pronaf e ao PBF,¹⁵

As 8,7 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, as mais pobres do país, precisam de um instrumento de apoio para que possam construir as 'portas de saída', provendo seu autosustento e sua emancipação. Hoje não existe nenhum programa governamental que garanta este apoio, a não ser alguns tipos de Pronaf, para o meio rural. Há um vácuo de crédito para famílias como as que recebem o Bolsa Família, e que precisa ser ocupado. Só no Nordeste existem hoje 180 organizações que trabalham com fundos de crédito solidário. Imagina-se que existam hoje no Brasil mais de 15 mil empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda que, potencialmente, podem ser participantes ou estão à espera de apoio. A ideia é disponibilizar recursos financeiros, não reembolsáveis e sem burocracia para viabilizar experiências de Fundos Rotativos Solidários (HECK, 2006, p.1).

Segundo o autor, “os recursos podem ser originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de fundos de ação social, ser de origem orçamentária ou de bancos públicos” (HECK, 2006, p.1). Para além do crédito não reembolsável, o foco central dos fundos são os interesses das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda e no combate à pobreza. Portanto, em seu desenho e metodologia, o papel atribuído aos fundos não é o de prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista¹⁶, mas sim, político-pedagógico que viabiliza a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade e nas práticas de reciprocidade, como sinaliza a pesquisa realizada por Mota (2009) no município de Irauçuba – com maior índice de desertificação no sertão do Estado do Ceará,

¹⁵ Sobre a história e a engenharia político-institucional dos Fundos Rotativos Solidários consultar Gonçalves (2009b).

¹⁶ A respeito da lógica clientelista presente em comunidades rurais e em projetos de economia solidária, ver Gonçalves (2008, 2009a).

A existência de um Fundo Rotativo Solidário aumenta a autonomia e a capacidade de autogestão e dessa forma a romper com as práticas clientelistas tão arraigadas nas pequenas comunidades rurais. Além disso, desperta valores sociais importantes, como a adoção de novas atividades produtivas, aumento da capacidade econômica e financeira das famílias participantes, bem como serve de instrumento para implementação de novas parcerias e consequentemente alocação de novos recursos. O Fundo Rotativo Solidário estimula o compartilhamento, a solidariedade, altera-se o foco do “eu” e se retoma a discussão dos interesses coletivos (MOTA, 2009, p.5).

No final de 2000, no Estado da Paraíba, foi lançado pela ASA/Brasil o Programa de Construção de Um Milhão de Cisternas (P1MC) viabilizado pela política dos fundos. Contudo, se as ações iniciais da ASA/PB e das comunidades foram mobilizadas para a construção das cisternas, a partir de então, os FRS foram utilizados para viabilizar outros empreendimentos, tais como a criação de animais, cercado para aves, criação de um banco de sementes comunitário, beneficiamento e comercialização de frutas nativas, tanque de pedra e barragens subterrâneas¹⁷. São empreendimentos que viabilizam a convivência com o semiárido a partir de uma nova concepção e também dos saberes (tecnologias) tradicionais da comunidade.

Em 2008 a ASA-PB avalia que as experiências com os FRS se desenvolvem em aproximadamente 1.000 comunidades, distribuídas em 147 municípios do semiárido paraibano articulados por ela. Atualmente seis experiências são financiadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em parceria com a Senaes em comunidades rurais, atendendo aproximadamente 504 famílias, que vivem no litoral, agreste e alto sertão¹⁸. O BNB lançou dois editais que selecionou e financiou 50

¹⁷ A construção do banco de sementes comunitário revelou a biodiversidade do semiárido, onde foram identificadas 18 variedades de feijão no agreste, 20 no brejo e 26 no Curimataú (DUQUE, 2008, p.10).

¹⁸ No BNB as experiências com os fundos foram instituídas no ano de 2004 mediante parceria e convênio firmado entre a instituição bancária, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária

projetos com os FRS, sendo seis na Paraíba dos seis, cinco (alto sertão, agreste e litoral) são foco de nossa investigação empírica.

A política dos FRS está dividida no Estado em microrregiões que apresentam características geográficas, climáticas e econômicas diferenciadas (alto sertão, médio sertão, agreste, litoral e brejo). A sua organização e representação política envolve as seguintes dinâmicas e atores sociais: comunidades e lideranças, comissões temáticas, coletivos e entidades de assessoria e apoio como Patac, AS, PTA E ASA. Os comitês temáticos são a instância mais próxima da comunidade e realizam um trabalho de sensibilização e formação em agricultura familiar e agroecologia em consonância com as demandas da comunidade, cuja unidade básica é a família. Contudo, não se trata da família nuclear composta somente pelos pais biológicos e filhos, trata-se de outro modelo de família.

Como têm demonstrado as pesquisas empíricas realizadas por Duque (2008), Duque e Oliveira (2007), Sabourin (2001, 2009) e Mota (2009), as experiências contemporâneas com os FRS se desenvolvem em comunidades cuja organização social apresenta como unidade básica a família do pequeno agricultor composta por pessoas ligadas por laços de sangue, de afinidade e compadrio. Um conjunto de famílias forma uma comunidade que pode constituir moradia em uma ou mais localidades e/ou sítios. Observemos a figura 1 abaixo que revela que o grau de identidade é mais intenso nos sítios e localidades em relação ao município e Estado.

(Senaes), para viabilizar a execução de projetos produtivos solidários, “prevendo o aporte de recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da Economia Solidária, através de Fundos Rotativos Solidários”. O BNB, criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, é uma instituição voltada para o desenvolvimento regional sustentável, com atuação em 1.986 municípios situados nos nove estados nordestinos e no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área de atuação e as regiões mais desenvolvidas do país (BNB, 2006, p.11).

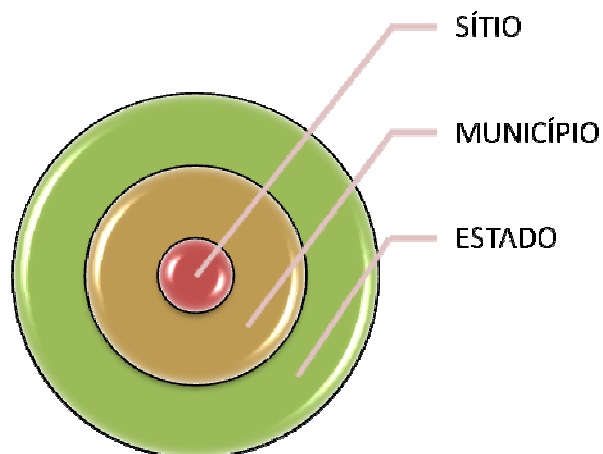


Figura 1: Grau de coesão social
Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Por exemplo, a comunidade Caiçara constituída de uma rede de parentela e de agregados está presente em quatro localidades situadas em municípios distintos. Neste sentido, as pessoas não se identificam a um município ou localidade e sim à sua comunidade de origem e ao grupo familiar, ou seja, o nível de coesão social e de identificação é mais intenso no grupo familiar e depois na comunidade, assemelhando-se à lógica Nuer de identificação e de oposição, conforme figura 2 abaixo¹⁹:

¹⁹ Cf. Evans-Pritchard (2005).

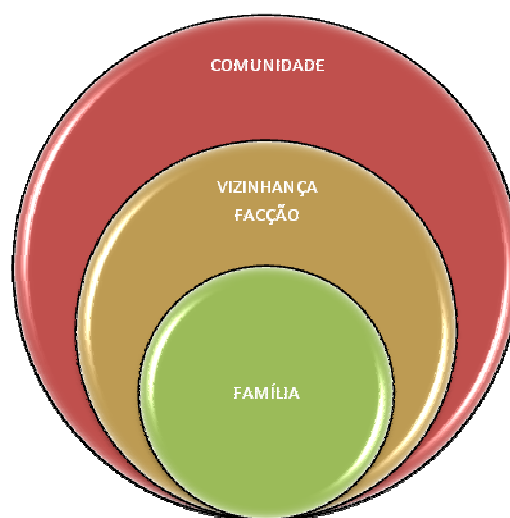


Figura 2: Grau de coesão e identificação social

Fonte: Pesquisa FRS, 2010.

Tradicionalmente, a comunidade é dirigida por um conselho informal de chefes de família que gerencia o acesso à terra (pastos comunitários, práticas de meia), a redistribuição ou intercâmbio de tarefas (o *mutirão*) e a solidariedade interfamiliar. Segundo o costume ancestral, a atividade produtiva assume o formato de um sistema econômico de prestações e contraprestações totais articulando as várias dimensões das localidades (religião, ritual, parentesco, economia e o direito costumeiro). Similar à lógica subjacente à instituição econômica do *Potlatch* entre os melanésios que se configura como um sistema de prestações e contraprestações totais – são trocas e os contratos sob forma de presentes (dádivas). O sistema envolve três atos: dar, receber e retribuir. São clãs que trocam entre si presentes, mulheres, ritos, gentilezas, *status*, que configuram sistemas de prestações totais em sua aparência voluntários, mas que, no entanto, possuem um caráter obrigatório.

É importante realçar que, embora as atividades produtivas estejam assentadas em práticas econômicas não mercantis, a comunidade está integrada às trocas mercantis, isto é, recorrem ao mercado local para comprar bens e produtos de que necessitam e para vender o excedente produzido, tais como mel, feijão, artesanato, ovo caipira e farinha.

Um projeto financiado com os FRS contempla diversas comunidades presentes em várias localidades distribuídas em municípios. Portanto, na análise do impacto dos FRS nessas comunidades tem que se levar em conta a lógica da parentela e de agregados que é a base da organização social e o circuito da dádiva, base da organização produtiva das comunidades. Os gestores das políticas sociais ignoram a especificidade da organização social das comunidades beneficiárias e formulam tais políticas pautadas em critérios universalistas que ignoram as injunções locais e culturais,

O texto ilustra a ineficiência e as dificuldades das políticas públicas aplicadas nessas comunidades que, ignorando a coerência da lógica da reciprocidade, persistem em propor apenas o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, baseado na acumulação material e na concorrência para o lucro (SABOURIN, 2001, p.1).

Portanto, retomando o problema central que esta reflexão inspira (a gestão dos fundos na e pela comunidade) surge a seguinte indagação: De que forma as experiências com os Fundos Rotativos Solidários, especialmente sua gestão no litoral, agreste e altosertão paraibano, dialogam com a organização social e produtiva característica das respectivas comunidades? Em que medida o circuito da dádiva via FRS estaria paradoxalmente contribuindo para a produção do excedente a ser comercializado no mercado local?

Afinal, Sabourin (2001), inspirado em Temple (1997), fala da “dupla referência” referindo-se às interfaces entre as lógicas da reciprocidade e a mercantil, hoje tão necessárias às políticas públicas de desenvolvimento:

De fato, hoje, em termos de desenvolvimento local ou regional, não se trata de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra, mas, sim, de chamar para uma dupla referência (...) Tal debate permitiria também discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social (SABOURIN, 2001, p.8).

Considerações finais

A presente reflexão sobre as interfaces entre desenvolvimento, política social e mercado está sendo realizada a partir da experiência contemporânea dos FRS em comunidades camponesas situadas no Estado da Paraíba. As atividades financiadas pela política em foco são: apicultura, cisternas, cercados, telas, artesanato e horticultura. Nesta fase inicial da pesquisa estamos mapeando o perfil das famílias que participam da política dos fundos financiada pelo BNB e Senaes e os indicadores qualitativos (locais) de sustentabilidade.²⁰

Foram realizadas aproximações etnográficas nos moldes de uma etnografia flutuante que envolveu observações *in loco*, registros visuais e no diário de campo²¹ durante um período de trinta e cinco dias nas comunidades situadas no altosertão, agreste e litoral sul²². Durante a pesquisa de campo os alunos aplicaram um questionário com perguntas fechadas e abertas que mapeou o perfil socioeconômico, da propriedade, da produção, da renda e da gestão.

As pessoas que participam dos FRS no altosertão e agreste estão constituídas em famílias assentadas da reforma agrária oriundas do interior do Estado e com tradição ancestral em agricultura familiar. Tais comunidades contam com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) para se organizarem politicamente e do Movimento dos Sem Terra (MST) na luta pela posse da terra. São beneficiárias do PBF, Pronaf e aposentadoria, a maioria se diz católica, o número de pessoas que compõem a família varia de três a quatro membros, a renda mensal familiar estimada superficialmente oscila entre um a dois salários mínimos oriunda do PBF, aposentadoria e do excedente da produção agrícola. Os pais têm em média três anos de escolaridade formal e o índice de analfabetismo é alto nos assentamentos. Contudo, seus filhos frequentam o ensino fundamental nas escolas dos assentamentos;

²⁰ Cf. Relatório Parcial do Projeto “Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba”, BNB/CODISMA, 2010. Sobre os indicadores de sustentabilidade, consultar Gonçalves & Santos (2010).

²¹ Para acesso ao diário de campo da pesquisa no altosertão consultar Rufino (2010).

²² Sobre a noção de etnografia flutuante, consultar Goldman (1995).

quando chegam ao ensino médio muitos abandonam os estudos em função da necessidade econômica e do acesso precário às escolas que são distantes dos assentamentos; raramente frequentam a universidade. Esta tendência está se transformando, em alguns casos, no altosertão, pois muitos jovens frequentam ensino técnico em comunidades organizadas politicamente e com alto grau de coesão social e identidade de interesses. O excedente da agricultura familiar é comercializado nas feiras locais diretamente ou via atravessador.

Com os FRS está havendo um incremento da produção da agricultura familiar via construção das cisternas, dos cercados, telas e cultivo de hortaliças. Está havendo uma melhoria na dieta alimentar das famílias com o consumo de hortaliças e a construção de uma cultura agroecológica com a participação dos jovens e das crianças no viveiro de mudas. Impactos nas relações de gênero foram observados nos assentamentos com alto percentual de mulheres que participam dos FRS (50%) na liderança e gestão.²³

No litoral sul do Estado por contraste às experiências citadas acima, as famílias assentadas formam um universo heterogêneo, pois migraram do interior e de outros Estados vizinhos e desempenham várias atividades além da agricultura familiar. Também são beneficiárias do PBF e do Pronaf e apresentam o mesmo perfil com relação à educação formal e à renda. Entretanto, a principal diferença é a identidade fragmentada, bem como o baixo grau de coesão social e de identidade de interesses por oposição à identidade camponesa (de resistência) presente nas outras comunidades etnografadas²⁴.

A política dos fundos, segundo seu desenho institucional e metodologia, deve ser gerida pela própria comunidade contemplada com o recurso. Há princípios de gestão, como, por exemplo, não romper com práticas de agroecologia, da solidariedade e de reciprocidade, mas não há modelos de gestão. Sendo assim, ela (a comunidade) decide autonomamente onde

²³ A noção de gênero que inspira esta reflexão está baseada nas formulações teóricas de Scott (1992) e Stolke (2004).

²⁴ Sobre a categoria de identidades de resistência e defensivas, ver Castells (1997). No caso dos assentamentos eles constituem identidades defensivas e de resistência anti-sistêmica, uma vez que vislumbram a formação de outra economia e sociedade.

aplicar o recurso, quais os critérios de sua aplicação, a sistemática de prestação de contas e a forma de devolução dos recursos à comunidade. Obviamente, esse conjunto de procedimentos vai ser realizado segundo a ressignificação atribuída à política pela comunidade, ou seja, há uma mediação simbólica na prática da política. Portanto, questões relevantes são: os FRS são percebidos pela comunidade como um direito social adquirido? Como dádiva do governo? Quais os sentidos que o fundo (recurso financeiro) incorpora às suas vidas cotidianas? Incorporam o fundo a partir de uma perspectiva individualista ou do grupo social? Como política pública de corte social? Em que medida o fundo é solidário? Por exemplo, na concepção de muitos assentados o Pronaf é ressignificado como dádiva, doação do governo, ajuda, favor e não como direito social adquirido. Quais os sentidos da solidariedade para a comunidade? Segundo Émile Durkheim, a solidariedade é o elo básico que ata indivíduo e sociedade, sendo assim, é o fundamento moral, primeiro e básico que permite a sociabilidade.

Deste modo, dependendo da sua ressignificação, a referida política pode ser concebida como instância mediadora entre continuidade e mudança. Ela tem esse potencial, na medida em que, possibilita por meio da experiência da gestão do fundo a formação de uma consciência política crítica autônoma e reflexiva. Contudo, essa possibilidade está articulada à coesão social da comunidade. Quanto mais coeso for o grupo, mais identidade de interesses houver mais mudanças sociais serão possíveis via FRS. A pesquisa demonstrou que nas comunidades onde a agricultura familiar é a base da identidade do grupo o FRS trouxe impactos na produtividade agrícola, nas relações de gênero, na construção de uma cultura agroecológica, melhoria na dieta alimentar das famílias e distanciamento de práticas patrimonialistas locais. Por outro lado, em grupos com identidades fragmentadas o impacto dos FRS é mais lento.

Neste sentido, como exposto acima, é relevante observar que os assentamentos de reforma agrária não são universos homogêneos. Há diferenças de perfis: Enquanto os agricultores do altosertão e agreste têm uma relação mais profunda com a terra e com a agricultura familiar, que cultivam como atividade ancestral e como eixo de suas respectivas identidades, os assentados do litoral sul construíram uma

relação débil com a terra e a agricultura familiar e teceram em suas relações sociais uma identidade de grupo fragmentada.

No primeiro caso, os FRS têm o potencial de fortalecer as identidades ditas tradicionais, a organização social baseada na rede de parentela e de agregados, promover o distanciamento de práticas patrimonialistas tradicionais e, ao mesmo tempo, inserir o excedente da produção agrícola ao mercado local, agregando, desta forma, mais renda à comunidade.

No segundo caso, há desafios para os FRS que financiam as atividades dos apicultores, como, por exemplo, estimular a criação de uma cultura cooperativista, de autogestão e solidária que transcenda os interesses individuais e patrimonialistas. Da perspectiva do grupo, o desafio é transcender o individualismo exacerbado e construir em suas relações sociais a coesão necessária para atuarem como grupo.

Portanto, quando mais coeso for o grupo e mais densamente imerso em *redes* (entidades, organizações, movimentos e lideranças) com acesso às políticas sociais, mais chances terão de construir essa consciência reflexiva e a viabilidade econômica de seus respectivos empreendimentos na forma solidária. Como se trata de uma experiência em construção, os FRS precisam se espalhar, por meio da difusão de informações, de capacitação e, sobretudo, estar fortalecidos pelas políticas que estruturam o desenvolvimento da nação, dentre elas, a educação formal ou no caso de nossos assentados, políticas sociais de educação do campo.

Referências bibliográficas

BOAS, Franz. **Etnografia Kwakiutl**. Chicago: Universidade de Chicago, 1975.

BRANDÃO, Carlos. **A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento**. Disponível em: <www.ufpb.br/epdir/images/docs/paper36.pdf>. Acesso em: 9/04/2010.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información: Economía, sociedad y cultura**. Vol II. El poder de la identidad. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

DINIZ, Paulo. **Ação Coletiva e Convivência com o Semiárido: A experiência da Articulação do Semiárido Paraibano**. 2002. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, UFCG, Campina Grande, 2002.

DUQUE, Ghislaine. **A articulação do semiárido brasileiro. Camponeses unidos em rede para defender a convivência no semiárido**. pp 28. Digitado, 2008.

DUQUE, Ghislaine; OLIVEIRA, Maria. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: Os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. In: **V Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas**, Bruxelas, 2007.

EVANS-PRITCHARD. **Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento: em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOLDMAN, Marcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol.93, p. 113 - 153, 1995.

GONÇALVES, Alicia. Experiências em economia solidária e os seus múltiplos sentidos. **Revista Katálisis**, v.11, p. 132-142. Florianópolis, 2008.

_____. **Experiências em economia solidária**. Campinas: Editora do CMU/UNICAMP, 2009a.

_____. A história dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba: A construção político-institucional de uma política pública. In: BRANDÃO, Sylvana. (org.) **Gestão Pública: Práticas e Desafios**. vol III. Recife: Bagaço, 2009b.

GONÇALVES, Alicia; SANTOS, Celly. Indicadores locais de sustentabilidade e a avaliação de políticas sociais: contribuições para a

gestão pública. In: BRANDÃO, Sylvana (org). **Gestão Pública. Práticas e Desafios**. vol. IV. Recife: Bagaço, 2010.

HECK, Silvino. **Fundos solidários/rotativos. Apoio a projetos produtivos solidários**. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 18/04/2008.

LANNA, Marcos. **A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, vol 14, p. 173-194. Curitiba, 2000.

LAVILLE, Jean. Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. In:

MARTINS, Paulo; NUNES, Brasilmar (orgs). **A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. vol.2, São Paulo: Edusp, 1974.

MOTA, José. **Políticas Públicas e Economia Solidária. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade**. 2009. Dissertação. Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Maria. **Cooperação entre camponeses: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

RUFINO, Michelle. Os Fundos Rotativos Solidários no Alto Sertão Paraibano: Diário de campo de uma pesquisa de avaliação. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n, 15, mar. 2010. Disponível em: < <http://www.cchla.ufpb.br/caos/>>. Acesso em: 31/08/2010.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste Brasileiro. **Raízes**, n. 20, p. 41-49, nov, 2001.

_____. **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo:Unesp,1992.

SILVA, Roberto. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira (coord.). **Pesquisa avaliativa. Aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras editora, 2008.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: La cultura del género. **Revista de Estudos Feministas**, v.12, n. 2, pp. 77- 105. Florianópolis, maio/ago 2004.

TEMPLE, Dominique. Guerre et paix entre les sciences. **Revue du MAUSS**, n.10, p.103-109, out. 1997.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. Brasília, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, **Anuário antropológico**, n.87, p.11-73, 1990.

Artigo recebido para publicação em:

10 de abril de 2010.

Artigo aceito para publicação em:

21 de dezembro de 2010.

Como citar este artigo:

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Desenvolvimento, mercado e política sociais em comunidades camponesas no Estado da Paraíba. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n.1, p.249-273, 2011.